

FINANCIAMENTO DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE SAÚDE DE CRATEÚS

Francisca Eridan Fonteles Albuquerque¹;

Enfermeira. Mestre em Gestão em Saúde

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará.

<https://orcid.org/0009-0007-6069-8016>

Gandávyia Aguiar Machado Diniz²;

Enfermeira. Mestranda em Gestão em Saúde

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará.

<https://orcid.org/0000-0002-6848-3606>

Edypo de Sousa Carlos³;

Fisioterapeuta. Mestrando em Gestão em Saúde

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará.

<https://orcid.org/0000-0002-0340-8277>

Isadora Macêdo Lima da Assunção⁴.

Fisioterapeuta. Mestranda em Gestão em Saúde

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará.

<https://orcid.org/0000-0002-4827-4161>

RESUMO: O objetivo desse estudo é analisar os investimentos anuais da O Consórcio de Saúde de Crateús, em um período de 05 anos. Trata-se de uma pesquisa transversal, descritiva, com abordagem quantitativa. A pesquisa foi realizada na Policlínica Regional Raimundo Soares Resende – Crateús foi solicitado junto ao setor financeiro, através do Secretário Executivo de finanças a liberação dos relatórios dos anos de 2018 a 2022. Apesar de ter apresentado resultados que diferem de até R\$820.968 de receita entre os anos de 2018 a 2022, foi visto que não houve grandes diferenças, porém, não há como descrever quais as ações e serviços ofertados durante esse período para que pudéssemos verificar os gastos e investimento. Por esse motivo, é necessário novas pesquisas com abordagem qualitativa para análises dos serviços e ações em saúde oferecidos nesse mesmo espaço de tempo e análise comparativa.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão em saúde. Consórcio de saúde. Financiamento.

FINANCING OF THE PUBLIC HEALTH CONSORTIUM OF THE HEALTH MICROREGION OF CRATEÚS

ABSTRACT: The objective of this study is to analyze the annual investments of O Consórcio de Saúde de Crateús, over a period of 05 years. This is a cross-sectional, descriptive research, with a quantitative approach. The research was carried out at the Policlínica Regional Raimundo Soares Resende – Crateús, the financial sector was requested, through the Executive Secretary of Finance, to release the reports for the years 2018 to 2022. Despite having presented results that differ by up to R\$820,968 in revenue between In the years 2018 to 2022, it was seen that there were no major differences, however, there is no way to describe what actions and services were offered during this period so that we could check the expenses and investment. For this reason, new research with a qualitative approach is necessary to analyze the health services and actions offered in the same period of time and comparative analysis.

KEY-WORDS: Health management. Health consortium. Financing.

INTRODUÇÃO

Os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil são a universalidade, a equidade e a cobertura, respaldados pela Lei 8.080 e baseados na Constituição, onde a saúde passa a ser um direito de todos e um dever do Estado. A descentralização e a hierarquização organizam o acesso aos serviços e atividades de saúde pública, o que apoia uma regionalização eficaz e eficiente (Souza; Costa, 2010).

A regionalização foi uma estratégia adotada para organizar e integrar os serviços nos sistemas de saúde nacionais, públicos e universais e é uma das principais formas de garantir a saúde holística e o acesso universal. Contudo, estes são princípios ainda invisíveis na sociedade brasileira que problematizam os métodos de gestão do sistema regional e seus reais efeitos na construção do futuro da saúde no direito (Mello *et al.*, 2017). Para fortalecer a administração descentralizada do sistema, foram publicadas em 2006 as diretrizes do Pacto pela Saúde, que nasceram em 2003 com a chegada de novos gestores ao Ministério da Saúde. O acordo corresponde à definição de prioridades, que se transformam em metas e objetivos para melhorar o estado de saúde da população, que são pactuados pelas três gestões (Lima *et al.*, 2012).

O Pacto em Defesa do SUS aponta para a necessidade de um movimento político mais amplo e traça algumas iniciativas e ações para garantir princípios e diretrizes para a reforma sanitária que ultrapassem as fronteiras setoriais e aumentem a base de apoio à política de saúde no governo e na sociedade. Já o Pacto de Gestão define diretrizes para melhorar a gestão do SUS em oito aspectos: descentralização, regionalização, financiamento, planejamento, Programação Pactuada e Integrada (PPI), regulação, participação e controle

social, gestão do trabalho e saúde. educação (Menicucci; Costa; Machado, 2018).

Como forma de Regionalização, descentralização e fortalecimento das regiões de saúde no Estado do Ceará, foram criados Consórcios Estaduais em Saúde. Os Consórcios de Saúde no Ceará foram criados nos anos de 2009 e 2010 com o objetivo de fortalecer e aprimorar a gestão nessa área, a partir da cooperação entre municípios e Estado. No total, são 22 consórcios no Ceará, com objetivo de administrar policlínicas e Centros de Especialidade Odontológicas (CEOs) que atendem regiões específicas do Estado (Juliao, 2018).

O Consórcio de Saúde de Crateús está no escopo dessa construção, porém, vem sofrendo poucas mudanças de investimento durante o passar dos anos, além de modificar a sua produtividade, acompanhando o crescimento populacional e aumento de demanda, além de passar por um período de pandemia Covid 19, onde a mesma ofereceu serviços de urgência em exames de imagem. Diante dessa problemática, o objetivo desse estudo é analisar os investimentos anuais do Consórcio de Saúde de Crateús, em um período de 05 anos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa transversal, descritiva, com abordagem quantitativa. Os métodos quantitativos envolvem a coleta de dados quantitativos, ou seja, dados expressos numericamente, como escalas de classificação de resposta, cálculos, métricas de desempenho (Da Silva; Lopes; Junior, 2014).

A pesquisa foi realizada na Policlínica Regional Raimundo Soares Resende – Crateús, a mesma fica localizada no endereço: Rua Gustavo Barroso 853 (São Vicente), Crateús, CE, 63700-000.

O Consórcio da Região de Crateús é composto pelos seguintes municípios: Ararendá; Crateús; Independência; Ipaporanga; Ipueiras; Monsenhor Tabosa; Nova Russas; Novo Oriente; Poranga; Quiterianópolis; Tamboril.

Para levantamento dos dados, foi solicitado junto ao setor financeiro, através do Secretário Executivo de finanças a liberação dos relatórios dos anos de 2018 a 2022. A pesquisa se iniciou no mês de setembro de 2023, sendo finalizada no final do mês de outubro de 2023.

Os dados colhidos através de relatórios disponibilizados pelo responsável financeiro, foram introduzidos no programa Excel. A análise dos dados obtidos foi realizada através de análise simples, onde foram desenvolvidas tabelas contendo destaques dos valores brutos e líquidos anuais de cada receita em cada ano e o quantitativo que cada município participante do Consórcio Regional de Saúde repassou financeiramente. Os repasses foram somados, pois os mesmos estão inclusos as receitas para os Centros de Especialidades Odontológicas e Policlínica. Ao final, foi feita uma análise descritiva e comparativa entre os

anos de maior receita e menor receita, tendo embasamento teórico para tal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para apresentação dos resultados, foram desenvolvidas tabelas para que a análise seja fiel ao resultado coletado. Na Tabela 1, está o quantitativo da receita do ano de 2018.

Tabela 1. Quantitativo de Receita do ano de 2018 do Consórcio Regional de Saúde da Região de Crateús.

TIPO DE RECEITA/ MUNICÍPIO	BRUTO	LÍQUIDO
Rem. Dep. Banc. Rec Vinc. - Serviços saúde - Principal	13.886,51	13.886,51
Transferência ao CPSMCR - União - CEO	601.200,00	601.200,00
Transf. do Governo do Estado do Ceará	1.140.007,06+	1.089.907,06+
	3.657.666,46	3.657.666,46
	4.797.673,52	4.747.573,52
Transf. do Município de Ararendá	235.201,34	235.201,34
Transf. do Município de Crateús	1.044.566,42	1.022.884,66
Transf. do Município de Independência	580.702,65	580.702,65
Transf. do Município de Ipaporanga	250.006,58	250.006,58
Transf. do Município de Ipueiras	549.885,27	549.885,27
Transf. do Município de Monsenhor Tabosa	370.372,37	370.372,37
Transf. do Município de Nova Russas	603.680,87	603.680,87
Transf. do Município de Novo Oriente	651.401,7	651.401,7
Transf. do Município de Poranga	241.520,76	241.520,76
Transf. do Município de Quiterianópolis	450.075,3	450.075,3
Transf. do Município de Tamboril	511.799,9	511.799,9
Outras Restituições - Principal	2.350,87	2.350,87
Transferência Estados Distrito Federal a Consórcios Púb - Princ.	151.000,00	151.000,00
TOTAL	11.055.324,06	10.983.541,30

Fonte: autoria própria, 2025.

Na Tabela 2, está o quantitativo da receita do ano de 2019, constituída pelo tipo de receita, municípios participantes, valor bruto e valor líquido.

Tabela 2. Quantitativo de Receita do ano de 2019 do Consórcio Regional de Saúde da Região de Crateús.

TIPO DE RECEITA/ MUNICÍPIO	BRUTO	LÍQUIDO
Rem. Dep. Banc. Rec Vinc. - Serviços saúde - Principal	20.657,79	19.593,78
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	28.243,50	28.243,50
Transferência ao CPSMCR - União - CEO	651.300,00	651.300,00
Transf. do Governo do Estado do Ceará	4.765.000,83	1 4.765.000,83
Transf. do Município de Ararendá	202.917,55	202.917,55
Transf. do Município de Crateús	1.082.524,9	1.082.524,9
Transf. do Município de Independência	495.299,87	495.299,87
Transf. do Município de Ipaporanga	215.678,46	215.678,46
Transf. do Município de Ipueiras	593.264,65	593.264,65
Transf. do Município de Monsenhor Tabosa	319.546,02	319.546,02
Transf. do Município de Nova Russas	578.643,88	578.643,88
Transf. do Município de Novo Oriente	540.562,06	540.562,06
Transf. do Município de Poranga	265.592,77	249.628,22
Transf. do Município de Quiterianópolis	397.554,25	397.554,25
Transf. do Município de Tamboril	513.611,04	513.611,04
Outras Restituições - Principal	81.427,08	81.427,08
TOTAL	10.751.825,25	10.734.796,69

Fonte: autoria própria, 2025.

Na Tabela 3, está o quantitativo da receita do ano de 2020, constituída pelo tipo de receita, municípios participantes, valor bruto e valor líquido.

Tabela 3. Quantitativo de Receita do ano de 2020 do Consórcio Regional de Saúde da Região de Crateús.

TIPO DE RECEITA/ MUNICÍPIO	BRUTO	LÍQUIDO
Rem. Dep. Banc. Rec Vinc. - Serviços saúde - Principal	2.550,30	2.549,86
Transferência ao CPSMCR - União - CEO	601.200,00	601.200,00
Transf. do Governo do Estado do Ceará	4.604.772,11	4.604.772,11
Transf. do Município de Ararendá	221.385,76	221.385,76
Transf. do Município de Crateús	1.124.409,63	1.124.409,63
Transf. do Município de Independência	509.167,4	509.167,4
Transf. do Município de Ipaporanga	234.758,14	234.758,14
Transf. do Município de Ipueiras	636.468,67	636.468,67
Transf. do Município de Monsenhor Tabosa	348.890,08	348.890,08
Transf. do Município de Nova Russas	646.507,94	646.507,94
Transf. do Município de Novo Oriente	482.703,32	482.703,32
Transf. do Município de Poranga	249.811,26	249.811,26
Transf. do Município de Quiterianópolis	426.797,88	426.797,88
Transf. do Município de Tamboril	531.055,63	531.055,63
Outras Restituições - Principal	171.154,31	171.154,31
TOTAL	10.791.632,43	10.791.631,99

Fonte: autoria própria, 2025.

Na Tabela 4, está o quantitativo da receita do ano de 2021, constituída pelo tipo de receita, municípios participantes, valor bruto e valor líquido.

Tabela 4. Quantitativo de Receita do ano de 2021 do Consórcio Regional de Saúde da Região de Crateús.

TIPO DE RECEITA/ MUNICÍPIO	BRUTO	LÍQUIDO
Rem. Dep. Banc. Rec Vinc. - Serviços saúde - Principal	13.872,64	13.872,64
Transferência ao CPSMCR - União - CEO	551.100,00	551.100,00
Transf. do Governo do Estado do Ceará	4.719.450,51	4.719.450,51
Transf. do Município de Ararendá	188.143,74	188.143,74
Transf. do Município de Crateús	930.935,77	930.935,77
Transf. do Município de Independência	535.344,09	535.344,09
Transf. do Município de Ipaporanga	195.448,6	195.448,6
Transf. do Município de Ipueiras	459.585,96	459.585,96
Transf. do Município de Monsenhor Tabosa	296.130,31	296.130,31
Transf. do Município de Nova Russas	556.379,76	556.379,76
Transf. do Município de Novo Oriente	597.701,45	597.701,45
Transf. do Município de Poranga	215.604,09	215.604,09
Transf. do Município de Quiterianópolis	421.303,44	421.303,44
Transf. do Município de Tamboril	432.804,00	432.804,00
Outras Restituições – Principal	23.130,61	23.130,61
TOTAL	10.162.573,25	10.162.573,25

Fonte: autoria própria, 2025.

Na Tabela 5, está o quantitativo da receita do ano de 2022, constituída pelo tipo de receita, municípios participantes, valor bruto e valor líquido.

Tabela 5. Quantitativo de Receita do ano de 2022 do Consórcio Regional de Saúde da Região de Crateús.

TIPO DE RECEITA/ MUNICÍPIO	BRUTO	LÍQUIDO
Rem. Dep. Banc. Rec Vinc. - Serviços saúde - Principal	65.559,43	65.559,43
Transferência ao CPSMCR - União - CEO	583.892,18	583.892,18
Transf. do Governo do Estado do Ceará	4.376.049,96	4.376.049,96
Transf. do Município de Ararendá	222.714,07	188.143,74
Transf. do Município de Crateús	1.302.606,58	1.302.606,58
Transf. do Município de Independência	530.884,13	530.884,13
Transf. do Município de Ipaporanga	235.032,19	235.032,19
Transf. do Município de Ipueiras	640.842,32	640.842,32
Transf. do Município de Monsenhor Tabosa	349.841,91	349.841,91
Transf. do Município de Nova Russas	647.835,82	647.835,82
Transf. do Município de Novo Oriente	631.896,81	631.896,81
Transf. do Município de Poranga	250.424,76	250.424,76
Transf. do Município de Quiterianópolis	430.378,7	430.378,7
Transf. do Município de Tamboril	531.051,98	531.051,98
Outras Restituições – Principal	0	0
TOTAL	10.799.010,84	10.799.010,84

Fonte: autoria própria, 2025.

As tabelas identificam o que cada município investe para o atendimento na Policlínica e Centro de Especialidades Odontológicas, que fazem parte do Consórcio de Saúde Regional do Estado do Ceará. A nova lei de consórcios, Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, permitiu que entidades órgãos federais, municípios, estados, distrito federal, associações maiores em diversas áreas em diversas formas e campos de atividade: desenvolvimento regional, administração, manuseio e disposição final de resíduos sólidos, higiene básica, entrega, restauração escolar, implementação de projetos urbanísticos, tecnologias de informação, transportes, turismo, saúde (Goya, 2016; Almeida *et al.*, 2019).

Para entendermos melhor como se dá o processo de formação da receita, é necessário compreender os instrumentos de gestão. O Consórcio ele se formaliza através do Contrato de Rateio, Instrumento jurídico formal que define as responsabilidades econômico-financeiras por parte de cada consorciado e a forma de repasse de recursos de cada participante, para realização das despesas do Consórcio Público.

Um ato jurídico formal que define obrigações econômicas e financeiras a parcela de cada consorciado e a forma como os recursos são repassados por cada participante no cumprimento das despesas da associação social. O Contrato de Rateio exige a preparação de um cronograma de consórcio acordado onde disponibiliza tratamento ambulatorial de média e alta complexidade, por decisão do governo do estado, através das Policlínicas e Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) (Alexandre, 2016; Juliao; Faria, 2016).

O Contrato de Rateio deverá ser formalizado anualmente, para cada exercício social, ano de acordo com a validade das atuais dotações orçamentárias. Portanto, é necessário garantir de acordo com o planejamento orçamentário da Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada unidade do consórcio com planos plurianuais (PPAs) e acordos de programa (Silva Junior *et al.*, 2020).

Todas as transferências de dinheiro para o consórcio devem ser registradas em fundos municipais de saúde. As transferências não poderão ser feitas diretamente ao consórcio. O município recebe dinheiro da união ou do estado por meio de recursos e autoriza o repasse ao consórcio de acordo com as disposições do contrato de distribuição. As transferências de valor destinadas ao consórcio deverão ser cadastradas para posterior reporte às autoridades gestoras competentes (Dantas, 2012; Vasconcelos Neto, 2020). O consórcio público está sujeito ao controle contábil, operacional e sucessório do Tribunal de Contas, Parlamento, Unidades de Consórcio, Assembleia Geral Consórcio e auditorias (Juliao; Faria, 2016).

Diante visto, pode-se perceber o declínio de receita no ano de 2021, onde o Consórcio arrecadou somente R\$10.162.573,25 (dez milhões, cento e sessenta e dois mil, quinhentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos), enquanto em 2018 sua receita foi maior, sendo de R\$11.055.324,06 (onze milhões, cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro reais e seis centavos) sendo valor bruto e como valor líquido R\$10.983.541,30 (dez milhões, novecentos e oitenta e três e quinhentos e quarenta e um reais e trinta centavos).

Um ponto a ser observado é a diferença em maior potencial no tipo de receita: Rem. Dep. Banc. Rec Vinc. - Serviços saúde – Principal, onde trata-se do remanescente financeiro do mês anterior e Outras Restituições – Principal, onde foi visto que teve ano, que não houve nenhuma receita, como o ano de 2022 e em 2020 foi de 171 mil reais.

A pesquisa mostra que os anos possuem uma diferença pequena em sua receita, não havendo diferença de mais de um milhão entre elas, a maior diferença se encontra entre o maior valor do ano de 2018 e menor valor do ano de 2021 que chega ao valor de: R\$820.968,05 (oitocentos e vinte mil, novecentos e sessenta e oito reais e cinco centavos).

Apesar dos valores não terem uma baixa significativa, é importante salientar que apesar do Consórcio oferecer serviços de atendimentos eletivos, a Policlínica de Crateús durante a Pandemia Covid-19 ofereceu serviços de urgência de imagem como tomografia computadorizada, além de que anualmente a população da região aumenta, fazendo com que a procura para consultas especializadas aumentem, fazendo com que haja necessidade de um olhar de gestão para atualizações de valores e financiamentos para os municípios que participam do Consórcio, não há melhoras sem investimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Consórcios Estaduais de Saúde são um importante instrumento para fortalecimento regional de saúde, favorecendo a Regionalização e melhorando a descentralização. É importante que a Regionalização tenha abrangência de oferecer a sua população serviços ambulatoriais especializados, o que difere da Atenção Básica em Saúde.

O Consórcio Regional em Saúde do Ceará, é uma ferramenta de relevância para levar saúde de qualidade para população, assim como o Consórcio que abrange a Região de Crateús, que é composto por onze municípios, composto pela Policlínica e Centro de Especialidade Odontológica.

Apesar de ter apresentado resultados que diferem de até R\$820.968,05 (oitocentos e vinte mil, novecentos e sessenta e oito reais e cinco centavos) de receita entre os anos de 2018 a 2022, foi visto que não houve grandes diferenças, porém, não há como descrever quais as ações e serviços ofertados durante esse período para que pudéssemos verificar os gastos e investimento. Por esse motivo, é necessário novas pesquisas com abordagem qualitativa para análises dos serviços e ações em saúde oferecidos nesse mesmo espaço de tempo e análise comparativa.

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Nós, autores deste artigo, declaramos que não possuímos conflitos de interesses de ordem financeira, comercial, político, acadêmico e pessoal.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Antonio Rodrigues. Consórcio público de saúde. 2016.

ALMEIDA, Patty Fidelis de et al. Redes regionalizadas e garantia de atenção especializada em saúde: a experiência do Ceará, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 4527-4540, 2019.

DANTAS, Daniel do Vale; ANDRADE, Giovana de Albuquerque. Consórcios públicos em saúde no estado do Ceará: a quem prestar contas?. 2012.

DASILVA, Dirceu; LOPES, Evandro Luiz; JUNIOR, Sérgio Silva Braga. Pesquisa quantitativa: elementos, paradigmas e definições. **Revista de Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review)**, v. 5, n. 1, p. 01-18, 2014.

GOYA, Neusa et al. Regionalização da saúde:(in) visibilidade e (i) materialidade da universalidade e integralidade em saúde no trânsito de institucionalidades. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 902-919, 2016.

JULIÃO, Karine Sousa. **Cooperação intergovernamental na saúde: os Consórcios Públicos de Saúde no Ceará como estratégia de coordenação estadual**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

JULIÃO, Karine Sousa; FARIA, Maria Vilma Coelho Moreira. Desenho das relações intergovernamentais e cooperação pública: o caso do Consórcio Público de Saúde do Maciço de Baturité (CPSMB). **NAU Social**, v. 7, n. 13, 2016.

LIMA, Luciana Dias de et al. Descentralização e regionalização: dinâmica e condicionantes da implantação do Pacto pela Saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 1903-1914, 2012.

MELLO, Guilherme Arantes et al. O processo de regionalização do SUS: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1291-1310, 2017.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves; COSTA, Luciana Assis; MACHADO, José Ângelo. Pacto pela saúde: aproximações e colisões na arena federativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 29-40, 2018

SILVA JUNIOR, Cesar Luiz et al. Implementação dos Centros de Especialidades Odontológicas no contexto da regionalização da saúde no estado do Ceará, Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, p. e300404, 2020.

SOUZA, Georgia Costa de Araújo; COSTA, Iris do Céu Clara. O SUS nos seus 20 anos: reflexões num contexto de mudanças. **Saúde e sociedade**, v. 19, p. 509-517, 2010.

VASCONCELOS NETO, João Ananias. A Experiência dos arranjos interfederativos da saúde no Estado do Ceará: os consórcios públicos como instrumentos de fortalecimento da gestão compartilhada. 2020.